

Artículos<https://doi.org/10.34024/prometeica.2025.32.20228>**A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

UMA REVISÃO QUALITATIVA DA LITERATURA

*PEDAGOGICAL MEDIATION IN INCLUSIVE EDUCATION FOR STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES**A qualitative literature review**LA MEDIACIÓN PEDAGÓGICA EN LA EDUCACIÓN INCLUSIVA PARA ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD INTELECTUAL**Una revisión cualitativa de la literatura****Osni Marques Junior****(Universidade do Vale do Itajaí, Brasil)**osni.jr@edu.univali.br****Regina Célia Linhares Hostins****(Universidade do Vale do Itajaí, Brasil)**reginalh@univali.br*

Recibido: 01/03/2025

Aprobado: 12/05/2025

RESUMO

Este artigo, vinculado à Linha de Pesquisa Políticas para a Educação Básica e Superior e ao Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas Educacionais da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), tem como objetivo de apresentar uma revisão de literatura, explorando o papel da mediação pedagógica na educação de alunos com deficiência intelectual em escolas comuns. Trata-se de um recorte de uma investigação qualitativa, do tipo colaborativa, desenvolvida nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A revisão de literatura ocorreu na base de dados do Sistema Integrado de Biblioteca da Univali (Sibiun), com as seguintes bases: Acervo Univali, Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), EBSCO, Biblioteca A, Saraiva, Vlex, Portal de Periódicos Univali, Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO) Livros, SciELO Periódicos, Diretórios de Acesso Aberto, Repositórios Internacionais de Teses e Dissertações. Foram utilizados os descritores para a string de busca: mediação, "texto literário", "ensino-aprendizagem" e "deficiência intelectual" com foco em publicações realizadas no período de 2012 a 2022. Os resultados destacaram a discussão sobre os conceitos e a análise de literatura nos processos de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual. Os resultados destacaram a análise de conceitos e literatura no ensino de alunos com deficiência intelectual. A revisão contribui para práticas inclusivas e reforça a formação contínua dos docentes, essencial para

estratégias eficazes que valorizam a singularidade dos alunos e fortalecem sua participação, promovendo uma educação de qualidade e inclusiva.

Palavras-chave: educação inclusiva. deficiência intelectual. educação especial. prática pedagógica. mediação pedagógica.

ABSTRACT

This article, linked to the Research Line Policies for Basic and Higher Education and the Research Group Observatory of Educational Policies at the University of Vale do Itajaí (Univali), aims to present a literature review exploring the role of pedagogical mediation in the education of students with intellectual disabilities in regular schools. It is part of a qualitative, collaborative research conducted in the early years of Elementary School. The literature review was carried out in the Integrated Library System database of Univali (Sibiun), with the following sources: Univali Collection, Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes) Portal, EBSCO, Library A, Saraiva, Vlex, Univali Journals Portal, SciELO Online Scientific Library, SciELO Journals, Open Access Directories, International Thesis and Dissertation Repositories. Descriptors for the search string used were: mediation, "literary text", "teaching-learning", and "intellectual disability", focusing on publications from 2012 to 2022. The results highlighted the discussion of concepts and the literature analysis in the teaching and learning processes of students with intellectual disabilities. The results underscored the analysis of concepts and literature in the education of students with intellectual disabilities. The review contributes to inclusive practices and reinforces the continuous training of teachers, essential for effective strategies that value the uniqueness of students and strengthen their participation, promoting quality and inclusive education.

Keywords: inclusive education. intellectual disability. special education. pedagogical practice. pedagogical mediation.

RESUMEN

Este artículo, vinculado a la Línea de Investigación Políticas para la Educación Básica y Superior y al Grupo de Investigación Observatorio de Políticas Educacionales de la Universidad del Valle de Itajaí (Univali), tiene como objetivo presentar una revisión de literatura, explorando el papel de la mediación pedagógica en la educación de estudiantes con discapacidad intelectual en escuelas comunes. Se trata de un recorte de una investigación cualitativa, de tipo colaborativa, desarrollada en los primeros años de la Educación Primaria. La revisión de literatura se realizó en la base de datos del Sistema Integrado de Biblioteca de la Univali (Sibiun), con las siguientes bases: Acervo Univali, Portal de la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior (Capes), EBSCO, Biblioteca A, Saraiva, Vlex, Portal de Periódicos Univali, Biblioteca Electrónica Científica Online (SciELO) Libros, SciELO Periódicos, Directarios de Acceso Abierto, Repositorios Internacionales de Tesis y Disertaciones. Se utilizaron los descriptores para la cadena de búsqueda: mediación, "texto literario", "enseñanza-aprendizaje" y "discapacidad intelectual" con enfoque en publicaciones realizadas en el periodo de 2012 a 2022. Los resultados destacaron la discusión sobre los conceptos y el análisis de literatura en los procesos de enseñanza-aprendizaje de los estudiantes con discapacidad intelectual. Los resultados subrayaron el análisis de conceptos y literatura en la enseñanza de estudiantes con discapacidad intelectual. La revisión contribuye a prácticas inclusivas y refuerza la formación continua de los docentes, esencial para estrategias eficaces que valoran la singularidad de los estudiantes y fortalecen su participación, promoviendo una educación de calidad e inclusiva.

Palabras clave: educación inclusiva. discapacidad intelectual. educación especial. práctica pedagógica. mediación pedagógica.

Introdução

Este artigo busca contribuir para o avanço do entendimento e da implementação de práticas inclusivas nas escolas, oferecendo insights valiosos para professores, pesquisadores e formuladores de políticas educacionais. A inclusão educacional tem sido amplamente discutida como um princípio essencial para garantir oportunidades de aprendizagem a todos os alunos, independentemente de suas particularidades.

Este estudo busca responder às seguintes questões: Como a mediação pedagógica contribui para a inclusão de alunos com deficiência intelectual no contexto da escola comum? Tendo como objetivo de apresentar uma revisão de literatura, explorando o papel da mediação pedagógica na educação de alunos com deficiência intelectual em escolas comuns.

No contexto atual, a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas torna-se ainda mais evidente, considerando os desafios enfrentados por estudantes com deficiência intelectual no processo de ensino e aprendizagem. Partindo dessa perspectiva, a mediação pedagógica se apresenta como uma ferramenta poderosa para a construção de um espaço educacional que valorize a singularidade de cada estudante.

A inclusão é muito mais do que garantir acesso ao ambiente escolar, pois requer metodologias que promovam o engajamento, a participação ativa e o desenvolvimento das potencialidades individuais dos alunos. Para isso, é fundamental que educadores estejam preparados para adaptar estratégias de ensino, considerando as necessidades específicas de cada estudante.

Para situar a discussão que permeia esta revisão, é fundamental diferenciar os conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva. A Educação Especial, tradicionalmente, refere-se às práticas pedagógicas voltadas ao atendimento de alunos com necessidades educativas específicas, muitas vezes em contextos segregados ou especializados. Por outro lado, a Educação Inclusiva busca a valorização da diversidade no ambiente escolar comum, promovendo adaptações curriculares e estratégias pedagógicas que facilitem a participação plena de estudantes com deficiência, de modo a garantir seu direito à inclusão na escola regular.

A formação continuada dos docentes é importante na consolidação de uma educação mais equitativa. A atualização dos profissionais da educação possibilita a aplicação de abordagens inovadoras e eficazes. Dessa forma, a inclusão se torna um compromisso coletivo, envolvendo não apenas os professores, mas também a comunidade escolar e os gestores educacionais.

Apesar do reconhecimento generalizado da eficácia da mediação pedagógica na inclusão, observa-se que há uma escassez de estudos específicos voltados à mediação do texto literário com estudantes com deficiência intelectual, especialmente no que diz respeito à implementação de práticas colaborativas e ao uso de tecnologias assistivas. Portanto, futuras investigações poderiam explorar estratégias inovadoras que integrem recursos tecnológicos, abordagens multidisciplinares e a escuta ativa do estudante, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas mais efetivas e inclusivas.

Este estudo evidencia que, embora a mediação pedagógica seja reconhecida como estratégia eficaz na promoção da inclusão, há uma lacuna na aplicação sistemática dessa prática especificamente na mediação do texto literário com alunos com deficiência intelectual. Assim, o presente estudo contribui ao destacar as potencialidades da mediação baseada na linguagem literária, ampliando as possibilidades de intervenção pedagógica inovadora, colaborativa e centrada na individualidade do estudante. Além disso, identifica a necessidade de desenvolver propostas de mediação que integrem a cultura, a criatividade e a participação ativa do aluno, inovando as abordagens tradicionais.

Fundamentação teórica

A mediação pedagógica na educação inclusiva configura-se como uma prática essencial para garantir a efetiva participação de estudantes com deficiência intelectual no contexto da escola comum. Esta se ancora em pressupostos teóricos que compreendem a aprendizagem como um processo interativo e culturalmente mediado, conforme defendido por Vygotsky (1991), cujas contribuições da teoria histórico-cultural ressaltam a importância das interações sociais e da mediação simbólica na construção do conhecimento.

Para compreender o lugar da mediação pedagógica no contexto da inclusão, é fundamental distinguir os conceitos de educação especial e educação inclusiva. A educação especial, historicamente, esteve associada a práticas segregadoras, em que estudantes com deficiência eram atendidos em ambientes separados, com currículos adaptados e, por vezes, com baixas expectativas quanto ao seu desenvolvimento. Segundo o documento Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), a educação especial passou a integrar a proposta da educação inclusiva como modalidade transversal, ofertada de forma complementar ou suplementar ao ensino comum.

Por sua vez, a educação inclusiva fundamenta-se no princípio do direito à educação para todos, defendendo a presença, a participação e a aprendizagem dos estudantes com e sem deficiência em um mesmo espaço escolar. Ela não se limita a colocar os estudantes com deficiência na escola regular, mas busca promover práticas pedagógicas, curriculares e organizacionais que favoreçam o acesso equitativo ao conhecimento. Assim, enquanto a educação especial responde com serviços e recursos especializados, a educação inclusiva reestrutura a cultura, as políticas e as práticas das escolas para acolher todos os alunos (Ainscow, Booth & Dyson, 2006).

A concepção de mediação assumida neste estudo se articula àquela proposta por autores como Feuerstein (1994), que comprehende o mediador como sujeito ativo na promoção de funções cognitivas, sociais e afetivas, atuando entre o estudante e o objeto do conhecimento. Essa mediação não é neutra, mas intencional, situada e direcionada a promover o desenvolvimento pleno do estudante. Nessa perspectiva, a mediação pedagógica é compreendida como uma ação didático-pedagógica que visa criar condições para que o estudante se aproprie de conhecimentos de forma ativa e significativa.

Ao abordar especificamente a inclusão de estudantes com deficiência intelectual, faz-se necessário considerar as contribuições da educação especial na perspectiva inclusiva, conforme delineado pelas Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que orientam o desenvolvimento de práticas pedagógicas que respeitem as diferenças e promovam o acesso, a permanência e o sucesso escolar de todos os estudantes.

Estudos como os de Marques e Duarte (2013) e Monteiro et al. (2016) enfatizam a necessidade de adaptações curriculares e metodológicas para assegurar que os estudantes com deficiência intelectual tenham acesso equitativo à aprendizagem. Os autores destacam que a adaptação curricular, quando realizada de forma colaborativa e planejada, torna-se uma condição sine qua non para o exercício pleno da inclusão escolar. Esse entendimento se articula à proposta do Desenho Universal para a Aprendizagem (CAST, 2018), que defende a diversificação das estratégias pedagógicas para contemplar a pluralidade dos sujeitos.

A mediação pedagógica também se relaciona com o conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP), elaborado por Vygotsky (1991), que define a distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial de um sujeito, sendo este último alcançado com a ajuda de um mediador. Nesse sentido, o papel do educador, ou do mediador, é o de oferecer suportes que possibilitem ao estudante avançar para além do que ele conseguiria realizar sozinho.

A contribuição de Paixão e Oliveira (2018) ao discutir a mediação no contexto da linguagem escrita reforça a ideia de que a mediação eficaz considera tanto os aspectos cognitivos quanto os afetivos e

culturais da aprendizagem. Além disso, Braun (2012) e Melo (2016) destacam a importância da mediação intencional e da atuação colaborativa no âmbito do Atendimento Educacional Especializado (AEE), indicando que a inclusão não se limita à presença física do aluno, mas pressupõe a sua efetiva participação e aprendizagem.

A interação entre mediação pedagógica e leitura de textos literários aparece como campo promissor, mas ainda pouco explorado, conforme apontado por Oliveira, Calíope e Gomes (2016). Tais autores investigam como o uso de sistemas de mediação pode favorecer a produção escrita de estudantes com deficiência intelectual. A leitura literária, por sua natureza simbólica e polissênica, amplia o repertório cultural, desperta a imaginação e cria espaços de escuta e expressão, aspectos fundamentais na formação integral do estudante.

Metodologia

Esta revisão de literatura tomou como campo de busca o Sistema Integrado de Biblioteca da Univali (Sibiun), o qual contempla as seguintes bases: Acervo Univali, Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Ebsco, Biblioteca A, Saraiva, Vlex, Portal de Periódicos Univali, Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO) Livros, SciELO Periódicos, Diretórios de Acesso Aberto, Repositórios Internacionais de Teses e Dissertações. Ao longo do mês de maio de 2022, iniciamos a busca com os seguintes descritores: mediação, texto literário, ensino-aprendizagem e deficiência intelectual.

Ao combinar ensino-aprendizagem AND deficiência intelectual, chegamos ao número de 84 trabalhos (com os descritores no título). Quando combinados os descritores: mediação AND deficiência intelectual, foram encontrados 29 trabalhos (com os descritores no título). A combinação dos descritores mediação AND texto literário resultou em um total de 14 trabalhos (com os descritores no título).

Diante da necessidade de especificar a pesquisa, foram incluídos três descritores para delimitá-la ainda mais; entretanto, não houve sucesso na busca, já que, ao combinarmos mediação AND texto literário AND deficiência intelectual, não encontramos resultados; e, ao combinarmos ensino aprendizagem AND deficiência intelectual AND texto literário, encontramos dois trabalhos.

Em face deste percurso, recorremos pela utilização de apenas dois descritores na pesquisa, considerando a grande quantidade de trabalhos encontrados com essa abordagem. Essa escolha visou delimitar o escopo da investigação e garantir maior precisão na seleção das publicações analisadas. Assim, demos início ao processo de triagem dos estudos, priorizando aqueles que apresentavam, no título, a combinação de pelo menos dois dos descritores previamente estabelecidos. Esse critério se tornou o primeiro parâmetro de inclusão, pois assegurava que os trabalhos selecionados abordavam de forma relevante a temática investigada.

Para garantir a qualidade e a credibilidade das fontes utilizadas, estabelecemos um segundo critério de inclusão: considerar apenas publicações revisadas por pares. Dessa forma, foram selecionados artigos científicos publicados em periódicos de reconhecida relevância na área, além de dissertações e teses acadêmicas. Essa decisão fundamentou-se na necessidade de assegurar que os estudos analisados apresentassem rigor metodológico e contribuições significativas para o debate sobre o tema.

O processo de seleção seguiu etapas sistemáticas de análise, incluindo a leitura dos resumos e palavras-chave para confirmar a aderência dos trabalhos aos objetivos da pesquisa. Após essa etapa inicial, os estudos foram submetidos a uma avaliação mais detalhada, na qual aspectos como a fundamentação teórica, a metodologia empregada e os principais resultados foram examinados de forma criteriosa.

A partir desse procedimento, buscamos construir um panorama abrangente das contribuições existentes sobre a temática, identificando abordagens, tendências e lacunas na literatura. Essa revisão sistemática permitiu não apenas mapear os conhecimentos já consolidados, mas também apontar caminhos para

futuras investigações, evidenciando a importância da pesquisa acadêmica na construção de práticas educacionais mais inclusivas e eficazes.

Na segunda etapa, os descritores ensino-aprendizagem AND deficiência intelectual resultaram em 25 artigos e cinco dissertações/teses. Com os descritores mediação AND deficiência intelectual, foram encontrados artigos em 11 revistas acadêmicas e uma dissertação. A combinação dos descritores mediação AND texto literário resultou em artigos em revistas acadêmicas e três trabalhos de dissertações/teses. Portanto, de 126 trabalhos, consideramos um total de 50. Destes, após a aplicação dos critérios de exclusão, analisamos com maior detalhamento 14 estudos.

Resultados e discussões

A análise detalhada dos estudos conduzidos na revisão da literatura permitiu identificar a relevância das atividades voltadas ao imaginário e à criatividade infantil no contexto da escola inclusiva para crianças com deficiência intelectual. Essas práticas desempenham um papel fundamental no favorecimento do desenvolvimento e da interação social, especialmente quando mediadas pela leitura de textos literários.

A literatura, ao oferecer narrativas envolventes e personagens diversos, cria um ambiente propício para que as crianças possam explorar emoções, ampliar sua percepção de mundo e fortalecer habilidades sociais. Dessa forma, a mediação pedagógica por meio da literatura se destaca como uma ferramenta poderosa para a inclusão, proporcionando experiências enriquecedoras e acessíveis a todos os estudantes.

As práticas colaborativas desenvolvidas em sala de aula com foco nas crianças com deficiência intelectual desempenham um papel fundamental na construção de um ambiente educativo que seja, ao mesmo tempo, acolhedor, estimulante e respeitador das necessidades e potencialidades de cada aluno. Algumas práticas são projetadas para garantir que as crianças tenham acesso a um aprendizado que leve em consideração suas especificidades, oferecendo-lhes oportunidades para se desenvolverem não apenas cognitivamente, mas também emocionalmente e socialmente.

A promoção de um espaço de aprendizagem inclusivo exige que a escola não seja apenas um local de transmissão de conteúdos, mas um ambiente no qual a diversidade seja valorizada, e onde todos os alunos, independentemente de suas limitações, possam se engajar ativamente no processo de construção do conhecimento.

A função da escola não se resume à difusão de conteúdos acadêmicos. Deve também ser um espaço de desenvolvimento das habilidades sociais, emocionais e culturais dos alunos. Para isso, é necessário que o ambiente escolar ofereça oportunidades para que as crianças interajam, se expressem, construam conhecimentos de forma colaborativa e, sobretudo, se percebam como parte ativa de uma comunidade.

A inclusão de crianças com deficiência intelectual no ambiente escolar deve ser encarada como uma oportunidade para que elas experimentem a convivência social de forma plena, participando de atividades que permitam a troca de saberes e experiências com seus pares.

Percorrida essa etapa, iniciamos a leitura dos títulos dos trabalhos e seus resumos para os critérios de exclusão, os quais são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Revisão de literatura: critérios de inclusão/exclusão e resultados

Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão	Resultados
Recorte Temporal (2012-2022)	1) Trabalhos (artigos de periódicos e dissertações/teses) que não tratem de estudantes com deficiência intelectual; trabalhos repetidos ou semelhantes; trabalhos não vinculados às áreas humanas/ educação; trabalhos indisponíveis para acesso na íntegra.	126 trabalhos encontrados. 50 trabalhos selecionados para leitura dos resumos.

	2) Trabalhos que não abordem o processo ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual nas escolas comuns,	18 trabalhos selecionados para leitura aprofundada.
--	---	---

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

No Quadro 2, apresentamos as referências bibliográficas das nove publicações em periódicos científicos acadêmicos, acompanhadas de seus objetivos gerais.

Quadro 2: Revisão de literatura: periódicos científicos acadêmicos

nº	Referência	Objetivo Geral
1	Nunes, V. L. M. & Manzini, E. J. (2020). Concepção do professor do ensino comum em relação à aprendizagem, currículo, ensino e avaliação do estudante com deficiência intelectual. <i>Revista Educação Especial</i> , 33, 1-20.	Identificar, a partir de relatos dos professores, as concepções favoráveis e desfavoráveis em relação ao ensino, ao currículo, à avaliação e à aprendizagem do estudante com deficiência intelectual.
2	Valentim, F. O. D. & Oliveira, A. A. S. de. (2013). Avaliação da aprendizagem e deficiência intelectual na perspectiva de professores do ensino comum. <i>Revista Diálogo Educacional</i> , 13(40), 851-871.	Identificar e analisar as concepções de um grupo de professores do 1º ciclo do Ensino Fundamental sobre deficiência intelectual e avaliação da aprendizagem escolar.
3	Avelar, K. S., Miranda, M. G. & Cabral, S. A. (2017). Estratégias de ensino-aprendizagem com estudantes portadores de deficiência intelectual na disciplina de português. <i>Revista de Pesquisa Interdisciplinar</i> , 2(suplementar), 437-451.	Identificar e analisar o desenvolvimento cognitivo de estudantes com deficiência intelectual e a importância do ensino de português como um dos aspectos da Educação Inclusiva.
4	Monteiro, C. M., Sales, J. J. A., Sales, R. J. A. & Nakazaki, T. G. (2016). A formação do docente no processo de ensino aprendizagem frente à inclusão de estudantes com deficiência intelectual. <i>Revista Internacional de apoyo a la inclusión, logopedia, sociedad y multiculturalidad</i> , 2(1), 66-74.	Relembrar alguns conceitos que são necessários para a inclusão, com um passeio pela conceituação da palavra e alguns documentos fundamentais no decorrer do texto falando de cada um deles.
5	Marques, A. N. & Duarte, M. (2013). Trabalho colaborativo e adaptação curricular: uma estratégia de ensino na aprendizagem de alunos com deficiência intelectual. <i>Revista de Ciências Humanas</i> , 14(23), 87-103.	Analizar o trabalho colaborativo entre os professores do ensino regular e da Educação Especial na aprendizagem do estudante com deficiência intelectual e verificar, segundo a visão dos professores, como o ensino colaborativo auxilia na elaboração das adaptações curriculares para o estudante com deficiência intelectual.
6	Paixão, K. de M. G. & Oliveira, A. A. S. de. (2018). Deficiência intelectual e linguagem escrita: discutindo a mediação pedagógica. <i>Horizontes</i> , 36(3), 86-98.	Investigar e analisar a mediação pedagógica a partir de uma pesquisa de intervenção envolvendo a linguagem escrita, direcionada a escolares com deficiência intelectual, a fim de discutir o papel do professor frente a esse processo.
7	Salasar, D. N. & Michelon, F. F. (2018). Análise prática de mediação acessível com um grupo de pessoas com deficiência intelectual em um museu português. <i>RevisbrATO – Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional</i> , 2(4), 816-826.	Apresentar e discutir uma intervenção da Terapia Ocupacional em uma visita com mediação acessível oferecida a um grupo de crianças com deficiência intelectual e necessidades educativas especiais, em um museu português.
8	Bezerra, G. F. (2017). Mediação verbal para estudantes com deficiência intelectual na Sala de Recursos Multifuncionais: reflexões e (pro)posições. <i>Práxis Educativa</i> , 12(3), 960-979.	Discutir se e como são realizadas práticas de mediação verbal, mediante a oralidade, pelas professoras especialistas que atendem, no contraturno, estudantes com deficiência intelectual.
9	Oliveira, A. T. S. de, Calíope, P. B. & Gomes, A. L. L. (2016). A interação entre estudantes com deficiência intelectual e mediadores voluntários: a influência do sistema SCALA sobre os aspectos semânticos da produção escrita em contexto de mediação. <i>Encontros Universitários da UFC</i> , 1(1), 676.	Analizar a influência da mediação, por meio do uso do sistema SCALA (Sistema de Comunicação Alternativa para Letramento de pessoas com Autismo – software de elaboração de narrativas) para a produção escrita de sujeitos com deficiência intelectual.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Dentre as nove publicações analisadas no presente estudo, observou-se uma interconexão significativa entre as contribuições de determinados autores no que tange à educação inclusiva, particularmente no contexto da deficiência intelectual. Salasar e Michelon (2018) abordam o direito fundamental dos estudantes com deficiência intelectual à educação, enfatizando não apenas o acesso, mas também a

garantia de igualdade de oportunidades no âmbito das experiências pedagógicas compartilhadas com estudantes sem deficiência. Sob essa perspectiva inclusiva, as políticas públicas são apresentadas como instrumentos que asseguram não apenas a permanência dos estudantes na escola, mas também a implementação de práticas pedagógicas que promovam uma participação ativa e significativa no processo de aprendizagem.

Em consonância com essa visão, Marques e Duarte (2013) destacam, em sua pesquisa, a importância da adaptação curricular como um elemento essencial para viabilizar a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes com deficiência intelectual. Segundo os autores, tal adaptação deve garantir a interação com os pares, a participação efetiva nas aulas e a apropriação dos conteúdos de maneira equitativa. Essa abordagem encontra respaldo nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que propõe a diversificação das estratégias pedagógicas de modo a contemplar a heterogeneidade do público estudantil, assegurando acessibilidade e engajamento de todos os discentes.

Monteiro et al. (2016) ressaltam a adequação curricular como um componente essencial para atender às especificidades individuais dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Os autores argumentam que a aprendizagem significativa ocorre quando o currículo é estruturado de forma a respeitar não apenas as particularidades cognitivas, mas também os aspectos emocionais e sociais dos estudantes. Dessa forma, além da aquisição do conhecimento, favorece-se o desenvolvimento da autonomia e da autoestima no contexto escolar, promovendo uma experiência educacional mais equitativa e enriquecedora.

Para Oliveira, Calíope e Gomes (2016), Nunes e Manzini (2020), Paixão e Oliveira (2018) e Salasar e Michelon (2018), evidencia-se que a mediação nas atividades pedagógicas direcionadas a estudantes com deficiência intelectual é um fator determinante para a apropriação do conhecimento. Os estudos apontam que o papel do mediador se revela essencial no processo de ensino e aprendizagem, pois sua intervenção contribui não apenas para a facilitação da construção do conhecimento, mas também para a socialização do estudante com deficiência intelectual. Dessa maneira, a pesquisa reforça a necessidade de conferir voz e protagonismo ao mediador, reconhecendo sua importância na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

A convergência das ideias apresentadas pelos autores supracitados sustenta a compreensão de que a adaptação curricular não deve ser concebida como um mecanismo pontual de suporte, mas sim como um princípio estruturante da educação inclusiva. Essa abordagem implica no reconhecimento da diversidade dos aprendizes e a proposição de estratégias didáticas que assegurem equidade e inclusão, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a oportunidade de aprendizagem adequada às suas necessidades. A construção de um ambiente educacional acessível e plural constitui um imperativo para a promoção de uma sociedade mais justa e democrática, na qual o direito à educação seja efetivamente exercido por todos os indivíduos, independentemente de suas particularidades.

No Quadro 3, apresentamos as referências bibliográficas das duas dissertações encontradas, acompanhadas de seus objetivos gerais.

Quadro 3: Revisão de literatura: dissertações

nº	Referência	Objetivo geral
1	Monteiro, M. G. V. (2015). <i>Práticas pedagógicas e inclusão escolar: o processo de ensino-aprendizagem de alunas com deficiência intelectual</i> . [Dissertação de Mestrado em Educação]. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.	Conhecer e analisar as práticas pedagógicas que vêm sendo desenvolvidas no processo de ensino-aprendizagem de alunas com deficiência intelectual, matriculadas em classe comum do Ensino Fundamental I.
2	Livramento, S. P. do. (2011). <i>Concepções e práticas em avaliação do processo ensino e aprendizagem de educandos com deficiência intelectual nas classes comuns dos anos/séries iniciais, no Município de Macapá – AP</i> . [Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação – Avaliação Educacional]. Universidade de Évora.	Estudar as concepções e práticas avaliativas entre professores de classes comuns do ensino regular que atuam nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental, em escolas municipais em Macapá, no Estado do Amapá.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

A dissertação de Monteiro (2015) e de Livramento (2011) discutem sobre a educação de estudantes com deficiência intelectual: a busca por práticas pedagógicas e avaliativas que realmente promovam inclusão e aprendizado significativo. Embora partam de enfoques distintos, ambas as pesquisadoras convergem na compreensão de que ensinar não é apenas transmitir conteúdos, mas criar espaços de acolhimento, pertencimento e desenvolvimento integral para todos os estudantes.

Monteiro (2015) destaca a importância de repensar as práticas pedagógicas utilizadas no ensino de estudantes com deficiência intelectual, enfatizando como estratégias, recursos e metodologias podem ser ajustados para atender às necessidades específicas de cada aluno, possibilitando seu pleno desenvolvimento. A autora argumenta que uma escola verdadeiramente inclusiva não é apenas aquela que recebe alunos com deficiência, mas sim aquela que se adapta a eles, reconhecendo suas particularidades e criando condições para sua participação ativa no processo de aprendizagem.

A autora se aproxima dos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), defendendo a ideia de um ensino flexível, capaz de respeitar e atender às diferentes formas de aprender dos alunos. O DUA sugere que o ensino deve ser estruturado de forma a oferecer múltiplas formas de engajamento, representação e expressão, permitindo que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou dificuldades, encontrem formas acessíveis e eficazes de aprender.

Livramento (2011) amplia esse debate ao trazer a avaliação como um elemento central para garantir um ensino verdadeiramente inclusivo. Sua pesquisa chama a atenção para um problema recorrente nas escolas: a permanência de modelos avaliativos tradicionais, que muitas vezes desconsideram as particularidades dos estudantes com deficiência intelectual e acabam reforçando barreiras em vez de superá-las. Para a autora, avaliar deve ser um processo contínuo, formativo e sensível às múltiplas dimensões do desenvolvimento humano, levando em conta não apenas o desempenho acadêmico, mas também o crescimento emocional, social e a construção da autonomia dos alunos.

Os modelos avaliativos convencionais, com suas ênfases em provas objetivas e critérios rígidos de avaliação, não atendem às necessidades dos alunos com deficiência intelectual, que muitas vezes se expressam e aprendem de maneiras diferentes. A autora sugere que tais modelos podem ser prejudiciais, pois, ao ignorarem as habilidades e competências não cognitivas desses alunos, perpetuam a exclusão e a marginalização no ambiente escolar. Isso se traduz na falta de uma avaliação genuinamente inclusiva, capaz de perceber e valorizar as capacidades e progressos dos estudantes de maneira integral.

Ao se complementarem, os estudos de Monteiro (2015) e Livramento (2011) evidenciam que a inclusão não é um ato isolado, mas um processo vivo e dinâmico, que exige reflexão, experimentação e compromisso coletivo. A simples presença dos estudantes na escola não basta; é preciso garantir que sejam parte ativa da construção do conhecimento, que tenham voz e que suas trajetórias sejam valorizadas.

O foco das autoras nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental destaca a importância de implementar mudanças desde os primeiros anos da escolarização, período crucial para a consolidação das bases do aprendizado e da socialização. Ao tratar a inclusão como um princípio organizador da escola, e não apenas como um ajuste pontual, as autoras nos convidam a repensar a diversidade não como um obstáculo, mas como uma potência. Elas argumentam que, ao adaptar suas práticas para atender às necessidades de todos os alunos, a escola não apenas supera as dificuldades, mas também promove uma educação rica e plural.

Essa abordagem vai além de medidas isoladas e busca transformar a cultura escolar, criando um ambiente onde cada aluno é reconhecido e valorizado em suas singularidades. A inclusão, nesse contexto, não é vista como algo extraordinário, mas como uma parte essencial do funcionamento da escola, tornando o aprendizado mais significativo e participativo. Monteiro e Livramento sugerem que, quando a escola aprende a ensinar a todos os seus alunos, ela se torna, de fato, uma escola para todos.

Essa visão amplia a compreensão sobre o papel da educação, mostrando que a adaptação das práticas pedagógicas não deve ser um esforço temporário, mas uma constante, que visa garantir que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou dificuldades, tenham oportunidades equitativas de aprender e se desenvolver.

No Quadro 4, apresentamos as referências bibliográficas das duas teses encontradas, acompanhadas de seus objetivos gerais.

Quadro 4: Revisão de literatura: teses

nº	Referência	Objetivo geral
1	Braun, P. (2012). <i>Uma intervenção colaborativa sobre os processos de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual</i> . [Tese de Doutorado em Educação]. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.	Analizar as estratégias pedagógicas e os suportes educacionais oferecidos para estudantes com deficiência intelectual, refletir e elaborar, de forma colaborativa com a equipe pedagógica, ações educativas para a organização do processo de ensino e aprendizagem desse estudante.
2	Melo, H. A. (2016). <i>Mediação como estratégia no atendimento educacional especializado a estudante com deficiência intelectual: contribuições da abordagem histórico-cultural</i> . [Tese de Doutorado em Educação]. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.	Situar a mediação como uma estratégia necessária no Atendimento Educacional Especializado – AEE a um estudante, com deficiência intelectual, matriculado em uma escola de aplicação – o Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

A inclusão de estudantes com deficiência intelectual no ensino comum é um tema de crescente relevância nas pesquisas em educação, e diferentes abordagens teóricas e metodológicas têm sido empregadas para compreender e aprimorar esse processo. Entre os estudos que exploram essa temática, a tese de Braun (2012) se destaca por sua análise aprofundada das práticas pedagógicas nos processos de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência intelectual. A pesquisa, de abordagem qualitativa, utiliza um estudo de caso etnográfico aliado à pesquisa-ação colaborativa, permitindo uma imersão detalhada nas experiências desses alunos dentro da escola regular. Os achados de Braun (2012) revelam desafios significativos na compreensão da deficiência intelectual, na aplicação de estratégias pedagógicas eficazes e na estrutura curricular vigente, que muitas vezes não favorece a aprendizagem desses estudantes. A autora ressalta que a colaboração entre professores, profissionais da educação e familiares é essencial para superar essas barreiras e promover um ensino mais acessível e equitativo.

Um dos principais aspectos abordados por Braun (2012) é a necessidade da complementariedade de estratégias pedagógicas e da mediação intencional no ensino de alunos com deficiência intelectual. O estudo evidencia que práticas de ensino que consideram as particularidades de cada estudante, aliadas a um suporte adaptado, podem proporcionar uma experiência de aprendizagem mais significativa. A mediação da leitura do literário surge como uma estratégia inovadora, que não apenas estimula a aquisição do conhecimento, mas também promove a interação entre os pares, permitindo que diferentes formas de linguagem e análise sejam utilizadas para ampliar a compreensão dos conteúdos. Essa perspectiva alinha-se à concepção de Vygotsky, segundo a qual a aprendizagem ocorre de maneira mais efetiva quando mediada por interações sociais e culturais significativas.

Para Melo (2016), sua tese adota uma abordagem colaborativa baseada na perspectiva histórico-cultural de Vygotsky, destacando as contradições entre a política educacional inclusiva e as práticas implementadas nas escolas. O estudo examina o caso de um aluno, "Sol", para analisar como a mediação histórico-cultural pode ser determinante para a inclusão escolar. Os resultados indicam que, embora as diretrizes oficiais incentivem a inclusão, as práticas concretas ainda apresentam lacunas que dificultam a participação plena de alunos com deficiência intelectual no ensino regular.

Melo (2016) argumenta que a inclusão vai além da aplicação formal de normas e diretrizes. Ela exige intervenções pedagógicas intencionais e colaborativas, que envolvam toda a comunidade escolar. A autora defende que a efetiva inclusão depende de um compromisso coletivo, no qual todos os professores, gestores e alunos desempenhem papéis ativos na construção de um ambiente mais acessível

e participativo para todos. A pesquisa ressalta que, para que a inclusão seja de fato realizada, é necessário um esforço contínuo para adaptar as práticas educacionais e promover a verdadeira participação dos alunos com deficiência intelectual nas atividades escolares.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um dos pontos-chave discutidos por Melo (2016), pois o AEE que transcende a perspectiva assistencialista e se torna um espaço de desenvolvimento efetivo das habilidades dos estudantes havendo a necessidade de um envolvimento ativo da escola, garantindo que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma integrada e contextualizada. Essa abordagem corrobora as conclusões de Braun (2012) no que diz respeito à importância da mediação intencional e da adaptação curricular como mecanismos essenciais para a inclusão.

Ambas as teses contribuem para o avanço do entendimento sobre a complexidade da inclusão de alunos com deficiência intelectual, demonstrando que práticas pedagógicas adaptadas, mediação qualificada e colaboração entre profissionais são elementos indispensáveis para a construção de ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos e reforçam a necessidade de um olhar atento para os desafios e possibilidades do processo de ensino e aprendizagem na perspectiva do estudante e na atuação dos professores e gestores.

Além dessas contribuições, outros estudos analisados nesta pesquisa, como os de Avelar, Miranda e Cabral (2017), Monteiro (2015) e Oliveira, Calíope e Gomes (2016), que abordam sobre as inter-relações entre deficiência intelectual, ensino e aprendizagem no contexto da escola comum, fornecendo subsídios para a compreensão dos desafios enfrentados na prática pedagógica cotidiana.

Entre esses estudos, a pesquisa de Braun (2012) se destaca pela metodologia colaborativa adotada, que enfatiza a interação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa como um fator fundamental para a construção do conhecimento. A abordagem colaborativa não apenas permite uma análise mais detalhada das dificuldades e potencialidades do ensino inclusivo, mas também favorece a construção de soluções práticas e contextualizadas para os desafios encontrados. Esse aspecto é especialmente relevante no contexto da mediação da leitura do literário, que se revela uma estratégia eficaz para estimular o desenvolvimento cognitivo e social dos estudantes com deficiência intelectual.

As pesquisas analisadas convergem para um entendimento comum: a inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular vai além do mero acesso à escola, exigindo a criação de condições efetivas para que esses estudantes possam aprender, desenvolver-se e participar ativamente da comunidade escolar e para que esse propósito seja alcançado, é importante repensar as práticas pedagógicas, reformular os modelos avaliativos e investir continuamente na formação dos professores. Pois a inclusão efetiva requer um compromisso coletivo, no qual políticas educacionais, metodologias inovadoras e suporte adequado se articulam para garantir o pleno desenvolvimento dos estudantes com deficiência intelectual no ambiente escolar, pois a transformação das escolas em ambientes inclusivos só será possível quando a aprendizagem for reconhecida como um direito de todos, sem exceção.

A análise dos estudos revela um panorama que avança para além da identificação de boas práticas: ela evidencia a urgência de romper com modelos tradicionais centrados na homogeneidade, que ainda predominam nas escolas. A mediação pedagógica, especialmente quando articulada ao texto literário, mostra-se como um recurso potente para promover o desenvolvimento integral de alunos com deficiência intelectual.

O ineditismo deste trabalho reside justamente na articulação entre mediação literária e inclusão, abordagem pouco explorada na literatura científica nacional. A escassez de estudos que investiguem o uso de textos literários como ferramentas mediadoras no processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual indica uma lacuna relevante no campo da Educação Inclusiva.

Além disso, os dados da revisão revelam que a maioria dos estudos ainda se concentra na avaliação de percepções docentes e na eficácia de adaptações curriculares pontuais. Poucos propõem metodologias

colaborativas de intervenção, como as discutidas por Braun (2012) e Melo (2016), que apontam caminhos para práticas pedagógicas mais profundas, intencionais e transformadoras.

O presente estudo reafirma a importância de investir em formação docente continuada, fundamentada em práticas reflexivas e colaborativas, capazes de transformar o cotidiano escolar. Mais do que preparar o professor para lidar com a deficiência, é preciso capacitá-lo para mediar processos formativos que valorizem o sujeito em sua totalidade.

A partir dessa revisão, constata-se que há um terreno fértil para o desenvolvimento de novas investigações, especialmente aquelas que se debrucem sobre a mediação pedagógica por meio da arte, da literatura e das experiências estéticas, capazes de mobilizar o imaginário e ampliar as possibilidades de participação e aprendizagem.

Ao realizar essa revisão de literatura, é importante destacar que nenhum dos autores abordam diretamente a relação entre Educação Especial e a mediação do texto literário com pessoas com deficiência intelectual no contexto da escola inclusiva. Por isso, é fundamental abrir espaço para uma discussão rica sobre a criação e imaginação dos estudantes com deficiência. Em um mundo cada vez mais complexo, a educação precisa se reinventar, adotando práticas mais sensíveis que despertem a curiosidade e toquem os educandos de forma profunda. Nesse sentido, a mediação literária adequada tem o potencial de emancipar o sujeito, promovendo uma compreensão mais ampla e efetiva dos processos de inclusão.

Considerações Finais

Conclui-se que a prática pedagógica no contexto da educação inclusiva não pode ser limitada; as pesquisas reafirmam a necessidade de uma transformação de rompimento de paradigmática nas práticas educacionais voltadas aos alunos com deficiência intelectual. A revisão da literatura evidenciou que a prática pedagógica vai muito além da facilitação do aprendizado: trata-se de um elemento estruturante da inclusão, ao criar espaços em que a singularidade de cada aluno seja reconhecida e valorizada a sua potencialidade.

Os estudos analisados demonstram, de forma consistente, que a combinação entre abordagens colaborativas e a prática pedagógica pode favorecer significativamente o desenvolvimento cognitivo e social desses estudantes no processo de aprendizagem. Uma prática pedagógica, quando bem mediada e integrada ao processo de aprendizagem dos alunos, enriquece o repertório cultural e amplia sua participação em processos educativos que respeitam e acolhem a diversidade.

Por este viés, a formação contínua faz com que o ensino inclusivo seja reverberado nos professores para que estejam preparados não apenas com conhecimento técnico, mas com sensibilidade e disposição para adaptar suas práticas às necessidades específicas de cada aluno, incluindo desde ajustes curriculares até estratégias pedagógicas que promovam a autonomia e a participação ativa dos alunos no ambiente escolar.

O fortalecimento da colaboração entre diferentes profissionais da educação, tanto da Educação Especial quanto do Ensino Regular, precisa ser pensado de forma colaborativa, que envolva educadores, famílias e a comunidade, pois permite a eficácia das práticas inclusivas, superando barreiras estruturais e culturais que requer um comprometimento coletivo e contínuo, pois a inclusão não é um evento isolado, mas um processo que demanda esforço conjunto e permanente.

Portanto, as políticas educacionais precisam estar alinhadas com as diretrizes da inclusão no espaço escolar e isso implica na implementação de normativas coesas, com investimento em infraestrutura acessível e a disponibilização de materiais e recursos pedagógicos que assegurem uma aprendizagem equitativa para todos os estudantes, pois sem o suporte institucional adequado, as iniciativas inclusivas irão permanecer fragmentadas e de alcance limitado.

Em síntese, esta revisão de literatura aponta a necessidade de aprofundamento contínuo nas discussões sobre as práticas pedagógicas no contexto da Educação Especial para eficácia do processo de aprendizagem dos estudantes com deficiência, pois estudos futuros devem explorar de maneira mais sistemática o desenvolvimento de práticas inovadoras que garantam a participação efetiva de todos os estudantes.

Deste modo, reafirma-se que a prática pedagógica, numa perspectiva inclusiva, deve ser sustentada por um compromisso coletivo que transcende os desafios individuais e institucionais, pois a inclusão não pode ser apenas um ideal; a escola precisa refletir a pluralidade da sociedade, garantindo que cada estudante tenha oportunidades de aprender e transformar o sujeito na sua totalidade. A construção de uma educação inclusiva é uma jornada contínua, e cabe a todos trilhar esse caminho com compromisso, sensibilidade e, sobretudo, com respeito e dignidade à cada aluno.

Há uma escassez de estudos empíricos que avaliem a eficácia de estratégias específicas de mediação pedagógica para a inclusão de estudantes com deficiência intelectual. Assim, futuras pesquisas podem complementar este panorama com estudos de intervenção que mensurem os efeitos dessas estratégias na participação e aprendizagem

Referências bibliográficas

- Ainscow, M., Booth, T., & Dyson, A. (2006). *Improving schools, developing inclusion*. Routledge.
- Avelar, K. S., Miranda, M. G. & Cabral, S. A. (2017). Estratégias de ensino-aprendizagem com estudantes portadores de deficiência intelectual na disciplina de português. *Revista de Pesquisa Interdisciplinar*, 2 (suplementar), 437-451. DOI: <https://doi.org/10.24219/rpi.v2i2.0.246>
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. (2008). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP. <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>
- Braun, P. (2012). *Uma intervenção colaborativa sobre os processos de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual*. [Tese de Doutorado em Educação]. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Recuperado de: https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/10337/1/Tese_Patrica%20Braun.pdf.
- Feuerstein, R. (1994). Teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural. *Instrumental Enrichment*.
- Livramento, S. P. do. (2011). *Concepções e práticas em avaliação do processo ensino e aprendizagem de educandos com deficiência intelectual nas classes comuns dos anos/séries iniciais, no Município de Macapá – AP*. [Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação – Avaliação Educacional]. Universidade de Évora. Recuperado de: <https://www.rdpc.uevora.pt/bitstream/10174/15840/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Solange%20Pereira.pdf>.
- Marques, A. N. & Duarte, M. (2013). Trabalho colaborativo e adaptação curricular: uma estratégia de ensino na aprendizagem de alunos com deficiência intelectual. *Revista de Ciências Humanas*, 14(23), 87-103.
- Melo, H. A. (2016). *Mediação como estratégia no atendimento educacional especializado a estudante com deficiência intelectual: contribuições da abordagem histórico-cultural*. [Tese de Doutorado em Educação]. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Recuperado de: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/21818>.
- Monteiro, C. M., Sales, J. J. A., Sales, R. J. A. & Nakazaki, T. G. (2016). A formação do docente no processo de ensino aprendizagem frente à inclusão de estudantes com deficiência intelectual. *Revista Internacional de apoyo a la inclusión, logopedia, sociedad y multiculturalidad*, v. 2, n. 1, p. 66-74.

Monteiro, M. G. V. (2015). *Práticas pedagógicas e inclusão escolar: o processo de ensino-aprendizagem de alunas com deficiência intelectual*. [Dissertação de Mestrado em Educação]. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Recuperado de: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/21074/1/MirelaGranjaVidalMonteiro_DISSSERT.pdf.

Nunes, V. L. M. & Manzini, E. J. (2020). Concepção do professor do ensino comum em relação à aprendizagem, currículo, ensino e avaliação do estudante com deficiência intelectual. *Revista Educação Especial*, v. 33, 1-20. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X43241>

Oliveira, A. T. S. De, Calíope, P. B. & Gomes, A. L. L. (2016). A interação entre estudantes com deficiência intelectual e mediadores voluntários: a influência do sistema SCALA sobre os aspectos semânticos da produção escrita em contexto de mediação. *Encontros Universitários da UFC*, 1(1), 676.

Paixão, K. de M. G. & Oliveira, A. A. S. de. (2018). Deficiência intelectual e linguagem escrita: discutindo a mediação pedagógica. *Horizontes*, 36(3), 86-98. DOI: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v36i3.710>

Salasar, D. N. & Michelon, F. F. (2018). Análise prática de mediação acessível com um grupo de pessoas com deficiência intelectual em um museu português. *Revisbrato – Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, 2(4), 816-826. DOI: <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto12758>

Valentim, F. O. D. & Oliveira, A. A. S. de. (2013). Avaliação da aprendizagem e deficiência intelectual na perspectiva de professores do ensino comum. *Revista Diálogo Educacional*, 13(40), 851-871.

Vygotsky, L. S. (1991). A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores (4^a ed., M. da Penha V. e R. A. de Souza, Trad.). Martins Fontes. (Original publicado em 1934)